

MAQUIAVEL: DA *VIRTÙ* E DA *FORTUNA*

Fredys Orlando Sorto

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba
Mestre em Direito Internacional e Doutor em Ciência Política
pela Universidade de São Paulo

Resumo:

A finalidade deste escrito é examinar, ainda que sucintamente, a contribuição de Maquiavel no marco da Ciência Política, para tanto serão consideradas as duas obras mais importantes do autor, isto é, *O Príncipe* – obra derivada da observação política concreta – e *Os comentários sobre a primeira década de Tito Lívio* – texto dedicado à teoria política. Visto que essas são as obras capitais utilizadas por Maquiavel para demonstrar como se adquire, se preserva e se perde o poder.

Abstract:

The finality of this work it's to exam, although succintly, the contribution of Maquiavel in the mark of Political science. Therefore will be considered his two most importantis work, that is, *The Prince* work derivative of concrete political observation and *The commentary about the first decade of Tito Lívio* - text dedicated to political theory. As much as these are the capitals works utilized by Maquiavel to demonstrate how obtain, preserve and last the power.

Unitermos: aquisição, preservação e perda do poder.

Sumário:

1. Panorama político italiano.
2. Maquiavel: pensador de *virtù*.
3. Pensamento político.
4. Conclusões.
5. Bibliografia.
6. Mapa da Itália no tempo de Maquiavel.

1. Panorama político italiano.

Destaque-se, de início, que os reinos da Espanha, da França e da Inglaterra, chegaram ao final da Idade Média como monarquias consolidadas. A Itália, ao contrário, apresentava uma elevada fragmentação territorial com seus

reinos, repúblicas, ducados, Estados eclesiásticos, etc. Todos estes estavam expostos às conspirações internas e à ação expansionista dos outros Estados, em conseqüência, tornava-se quase sempre o governante um tirano, posto que precisava manter a ordem interna e, ainda, defender-se ou atacar os seus vizinhos. Não-raro empregavam-se tropas mercenárias (*condottieri*) para enfrentar estas dificuldades. Em decorrência disso, o príncipe italiano da época de Maquiavel estava conspurcado pela crueldade, pela maldade, pela luxúria – enfim – pela desumanidade.¹ A maldade por si-só, contudo, não bastava para manter o poder, era necessário que o príncipe empregasse também a astúcia. No entanto, de nada valia isto diante das investidas das monarquias absolutas do resto da Europa. Razão pela qual Maquiavel advogava pela unificação italiana que, no seu entender, acabaria com as operações dos bárbaros.

A Itália apresentava, pois, feições diferentes: quer pela ausência de um poder central, quer pela crise permanente provocada pelas lutas dos príncipes, que tencionavam ocupar o vazio deixado pela falta de uma liderança nacional. "*Enquanto isso o papado, com seus prepostos e aliados, era forte o suficiente para prejudicar a futura unidade nacional, mas não para alcançar essa unidade*".²

A despeito disso, as repúblicas de Veneza e de Florença foram centros de ingente esplendor durante o período do Renascimento. Acerca de Florença, Burckhardt observa que "*O pensamento político mais elevado e as formas mais variadas de desenvolvimento humano são encontrados combinados na história de Florença que, neste sentido, mereceu o título de primeiro Estado moderno*".³ É neste ambiente de excepcional florescimento cultural, político e científico, associado, naturalmente, ao estado permanente de violência e de crueldade, traços típicos deste espaço de tempo, que Maquiavel exerceu suas aptidões diplomáticas e intelectuais.

1. A crueldade do príncipe italiano deste período impressiona. Burckhardt relata que, *Ferrante*, filho do grande Afonso, "*Além da caça, que praticava sem respeitar quaisquer direitos de propriedade, seus prazeres eram de duas espécies: gostava de ter os oponentes junto a si, vivos em prisões bem guardadas, ou mortos embalsamados, vestidos nos trajes que haviam usado em vida (...)*". Burckhardt, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*, Brasília, Universidade de Brasília, 1991, p. 25.

2. Idem, p. 4. Cf. Maquiavel, Niccolò. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília, 1982, p. 62.

3. Burckhardt, Jacob. *op. cit.*, p. 49.

2. Maquiavel: pensador de virtù.

Niccolò Machiavelli nasceu em Florença, em 1469, no mesmo ano em que Lourenço de Médici, o *Magnífico*, assumiu o poder.⁴ Autor de expressivas obras em diversas áreas das ciências humanas: na Ciência Política *Dell'arte della guerra, Il Principe e Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio*; na Literatura *La Mandragola e Clizia*; na História *Istorie Fiorentine*.

Em 1494 proclamou-se a República de Florença, após a queda dos Médicis. Mas a atividade pública de Maquiavel só se desenvolveu a partir de 1498, quando ocupou a segunda chancelaria do governo republicano, na qual responde pelos assuntos internos e externos, inclusive os relacionados com a guerra. Em seguida é nomeado secretário dos *Dieci di Balìa*, conselho responsável pelas relações externas do Estado florentino. Nesse posto desempenhou várias missões diplomáticas, dentro e fora da Itália. Como resultado destes contatos diplomáticos, chegou à conclusão de que todos os governantes de sua época tinham fracassado em seus propósitos devido à "(...) fatídica inflexibilidade diante das mudanças das circunstâncias" César Bórgia pela sua arrogância, Maximiliano pela sua insegurança, Julio II pela sua impetuosidade.⁵

A carreira política de Maquiavel encerra-se, praticamente, com a derrota do governo republicano e o retorno dos Médicis. A nova administração exonera-o de suas funções, multa-o em mil florins e proíbe-o de entrar no palácio do governo. No ano seguinte é preso e torturado, acusado de participar de uma conspiração. Em seguida é posto em liberdade, favorecido pela anistia decretada devido às comemorações pela eleição de Giovanni de Médici para o papado (Leão X). Passa, a partir de então, por um largo tempo dedicado às letras.⁶ Em 1519,

4. Maquiavel nasceu em 3 de maio de 1469, filho do advogado Bernardo Machiavelli e de Bartolomea. Casou-se aos 32 anos com Marieta di Luigi Corsini, com quem teve seis filhos. Durante vários anos foi amante da cantora Bárbara Salutati. Morreu em 21 de junho de 1527.

5. Skinner, Quentin. *Maquiavel: pensamento político*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 31.

6. Mesmo tendo sido preso e torturado sob a égide do novo governo, Maquiavel tenta voltar à vida pública. Em carta a Francesco Vettori, embaixador junto ao papa, relata sua modesta vida em San Casciano, onde se dedica à leitura e ao convívio com gente humilde. Lamenta-se de seu destino e afirma que "(...) desejaria muito que estes senhores Médicis comessem a lembrar-se de mim". Nesta epístola ele assegura ter composto um opúsculo: *De Principatibus*, no qual afirma *ipsis litteris*: "Aprofundo-me quanto posso nas cogitações deste tema, debatendo o que é principado, de que espécie são, como eles se conquistam, por que eles se perdem". Nesta carta declara que dedica o livro (*O Príncipe*) ao papa Júlio II. Com a morte deste acaba por dedicá-lo a Lourenço de Médici.

porém, volta à atividade política, contudo, este retorno frustra-o pela insignificância. Anos mais tarde, em 1527, restaura-se a República, mas é posto à margem devido a sua colaboração com o regime deposto, para quem havia escrito a História de Florença. Morre nesse mesmo ano, longe do poder, da riqueza, da glória, isto é, longe da fortuna.

A sua obra política ainda suscita nímio interesse, quer pela eloquência dos argumentos, que tratam dos modos de manutenção do poder, quer pela virulência com que a sua pessoa é atacada pelos críticos mais exacerbados. Em face de tantas e tão-variadas críticas endereçadas a sua obra, parece lícito supor, que a *intelligentsia* não consegue permanecer neutra diante de suas idéias. De sorte que cada um o interpreta de acordo com a sua necessidade. Essa prolixidade exegética, abriga desde os críticos implacáveis até os admiradores mais devotados. Um quadro bastante elucidativo dessa diversidade interpretativa é fornecido por Isaiah Berlin, em notável ensaio intitulado *O problema de Maquiavel*. Berlin, porém, prefere tomar como cerne de discussão, não as divergências em relação ao universo conceitual existente nas obras do arguto florentino, mas o próprio agente, isto é, a atitude política de Maquiavel.⁷ Há quem afirme que o autor de *O Príncipe* escreveu, de fato, uma sátira (Albérico Gentil); para outros trata-se de uma história admonitória (Spinoza e Rousseau) de um patriota apaixonado e democrata; outros pensadores consideram *O Príncipe* "uma agressão à Igreja e todos os seus princípios e uma defesa da visão pagã da vida" (Prezzolini, Haydn, Fichte). Outro intérprete considera-o um católico apaixonado e sincero (Alderísio); segundo Benedetto Croce, trata-se de um humanista angustiado; para Cassier, Maquiavel é um técnico frio e calculista; para Hegel é um gênio que viu a necessidade de unificação de sua pátria, por outras palavras, ele era acima de tudo um exaltado nacionalista; Marx refere-se aos comentários como "verdadeiras obras-primas". Berlin conclui, contudo, que a maneira mais comum de ver Maquiavel é a "(...) que o considera como um homem inspirado pelo diabo para levar os homens bons à perdição".⁸ A seguir, veja-se, malgrado, a singular contribuição desse notável pensador no âmbito da Ciência Política.

7. Berlin, Isaiah. O problema de Maquiavel. In: *Curso de introdução à ciência política*. Brasília, 1982, pp. 117-143.

8. Idem, p. 121.

3. Pensamento político.

Tanto em *O Príncipe*, livro oriundo da observação política concreta, quanto nos *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, que dedica à teoria política, Maquiavel traz à baila diversas inovações. São obras que utiliza para demonstrar como se adquire, se preserva e se perde o poder. Em *O Príncipe*, por exemplo, introduz, *in limine*, o vocábulo Estado. Palavra essencial que designa a sociedade politicamente organizada, mas que no contexto refere-se, ainda, ao Estado clássico, isto é, à Cidade-Estado. Em seguida, reclassifica as formas de governo (cap. 1), reduzindo a classificação proposta por Aristóteles (monarquia, aristocracia e governo constitucional) para apenas duas: o principado e a república, em razão do número de pessoas que governam: quando um, monarquia; quando muitos, república. Esses muitos "(...) podem ser mais ou menos numerosos, permitindo distinguir, entre as repúblicas, as aristocráticas e as democráticas"⁹. Da forma de governo nas repúblicas trata nos *Comentários* (Livro I, cap. 2), em que, ao igual que Políbio, defende as virtudes do governo misto, isto é, um governo que saiba contrabalançar o poder do monarca, da aristocracia e do povo. O Estado organizado deste modo terá estabilidade. O virtuosismo de Roma é evidenciado por Maquiavel pela aptidão que aquela Cidade-Estado teve ao conciliar três componentes: a *realeza* representada pelos cônsules, a *aristocracia* pelo senado e o *povo* pelos tribunos do povo. Poder-se-ia dizer que, por acreditar nas vantagens do governo misto, ele não se detém na qualificação das formas más ou boas. As formas puras, assevera, apresentam inconvenientes e revelam-se inferiores em relação aos modelos mistos. Porque "(...) se o príncipe, os aristocratas e o povo governam em conjunto, o Estado, podem com facilidade controlar-se mutuamente." (*Comentários*, Livro I, cap. 2). Nesta concepção de controle do poder pelo poder pode vislumbrar-se, isto parece claro, a célebre teoria elaborada por Montesquieu em *L'esprit des Lois*. Teoria que seria acolhida com maestria pelos norte-americanos quando da instituição do Estado Federal, do presidencialismo e da democracia representativa, como se pode verificar claramente na monumental obra política *The Federalist*.

Mas voltando a Maquiavel, diga-se, quanto às formas de governo, que em *O Príncipe* ele divide os principados em: hereditários, novos e eclesiásticos. No que tange aos primeiros, procura demonstrar como podem ser mais bem-

9. Bobbio, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília, 1985, p. 84.

administrados e mantidos. Para mantê-los, recomenda, basta dar continuidade à administração anterior, combinando-a com as peculiaridades do presente (cap. 2). Os principados hereditários são governados de duas maneiras: pelo príncipe e seus ministros, notando-se que neles o poder do monarca é absoluto, incontestável, e dá como exemplo o Grão-turco, que é uma monarquia despótica; e pelo príncipe e os barões, os quais têm essa qualidade por *jus sanguinis* e não por concessão do monarca, aqui dá como exemplo a monarquia francesa, nesta os barões "(...) *são poderosos e o rei não pode privá-los de suas regalias, sem grave perigo para ele próprio.*" (cap. 4).

Quanto aos principados novos, Maquiavel divide-os em quatro categorias: os conquistados pela *virtù*, pela fortuna, pela violência e pelo consentimento.

1. *Os conquistados pela virtù* (cap. 6). São aqueles adquiridos em função das qualidades pessoais dos príncipes "*para poder moldar as coisas como melhor lhes aprouver.*" Cita como exemplos Moisés, que libertou o povo de Israel da escravidão egípcia; Rômulo, que fundou Roma; Ciro, que levou a Pérsia à qualidade de grande império após derrotar Astíages; Teseu, que fundou Atenas. Com efeito, todos estes personagens vencem os desafios pelas qualidades intrínsecas, pela coragem, pela astúcia, enfim, pela *virtù*. A propósito, por *virtù* Maquiavel entende "*a capacidade pessoal de dominar os eventos, de alcançar um fim objetivado, por qualquer meio*"¹⁰ Como exemplo de sua época cita o caso de Francesco Sforza, duque de Milão.

2. *Os conquistados pela fortuna* (cap. 7). São aqueles que o príncipe conquista, não por mérito próprio, mas pela sorte. Exemplifica citando o caso de César Bórgia, que "*adquiriu o Estado com a fortuna do pai*" o papa Alexandre VI, "*e sem esta o perdeu*" Por outras palavras, faltou ao Duque Valentino aquelas qualidades congênicas ao *homo virtutis* para preservar o Estado. Os temas da *virtù* e da *fortuna*¹¹ são recorrentes e imprescindíveis no pensamento de Maquiavel. Em *O Príncipe* declara que não ignora que "*as coisas do mundo são governadas pela fortuna e por Deus*". De sorte que não se poderiam conjeturar os sucessos do futuro,

10. Bobbio, Norberto. ob. cit., p. 87. A palavra *virtù*, do latim *virtus*, *virtutis*, não tem em Maquiavel o sentido das quatro virtudes cardeais, isto é: sabedoria, justiça, coragem e temperança.

11. *Fortuna*. Divindade romana do acaso, do imprevisto, dos caprichos da sorte. Representam-na os romanos sob a forma de mulher com os olhos vendados, tendo nas mãos uma espiga ou uma cornucópia.

deixar-se-ia o homem, então, governar pela sorte, segundo a opinião corrente na época de Maquiavel. Este, no entanto, julga "*que se possa aceitar que a sorte decide metade de nossos atos, mas nos permite o controle da outra metade, aproximadamente*" Ele parte do princípio de que a fortuna pode ser controlada mediante um conjunto prévio de ações humanas que tenham por escopo canalizar o seu ímpeto, minguar-lhe a fúria e os efeitos. Assim, "*O príncipe que baseia seu poder inteiramente na fortuna está perdido quando esta muda. Acredito também que é feliz quem age de acordo com as necessidades de seu tempo, e da mesma forma é infeliz quem age opondo-se ao que seu tempo exige*" Destarte, o homem deve adaptar-se às circunstâncias e mudar de acordo com as necessidades ditadas pelo momento.

3. *Os conquistados pela violência* (cap. 8). Neste modo de aquisição tornar-se-á príncipe aquele que conquiste o poder por qualquer meio criminoso (*per scelera*). Serve de ilustração Agátocles, rei de Siracusa, que tendo começado a vida em situação baixa e abjeta conquista o poder, depois de assassinar os senadores e os homens mais ricos. Contudo, conseguiu manter-se no governo por muito tempo por mérito próprio. O outro exemplo dado é o de Oliverotto de Fermo, órfão, criado por um tio materno, que cometeu assassinio coletivo para galgar o poder. Pouco depois é deposto e estrangulado. No fundo, Oliverotto não tinha aptidão para manter o poder. De tal forma que ao tomar um Estado, o conquistador deve, afirma Maquiavel, praticar todas as crueldades de uma só vez e deve evitar a reincidência, em conseqüência, tranquilizará o povo e manterá o Estado, caso contrário perdê-lo-á. Chama-se isto, conforme Maquiavel, de bom ou mau emprego da crueldade, isto é, a crueldade aplicada no momento oportuno, porque em tempos adversos, o príncipe não terá tempo para a prática do mal. Naturalmente que este tipo de conquista do poder não depende da *virtù* nem da *fortuna*, deve-se, antes de tudo, à maldade do príncipe, à natureza perversa do homem. Esta perversidade, todavia, terá seu valor reduzido se o novo príncipe conseguir manter-se no poder, do qual decorre, como argumenta Bobbio, que "*O critério para distinguir a boa-política da má é o seu êxito. No que diz respeito ao príncipe novo, o êxito é medido pela capacidade de manter o Estado (...). Os dois príncipes (Agátocles e Oliverotto) foram cruéis, mas a crueldade de um deles foi bem utilizada, tendo em vista o seu objetivo – a única coisa que conta na política*".¹² Como o objetivo era preservar o Estado, dado o êxito

12. Bobbio, Norberto. ob. cit., p. 88.

de Agátocles, conclui-se que o seu objetivo político justifica a crueldade. Se a finalidade é manter o poder a qualquer custo, então não importa de que meios lance mão o príncipe para a consecução de seus propósitos. A luta pela manutenção do Estado, todos eles, independente da forma de aquisição do poder, passa pelo crivo de dois métodos: o da lei, peculiar ao homem, logo racional; e o da força, típica dos animais. Assim, caso o método legal se revele insuficiente, o príncipe deve então recorrer ao método da besta. É necessário, conforme salienta Maquiavel, que o príncipe saiba usar as duas naturezas. O governante não precisa ser misericordioso, leal, humanitário, sincero e religioso, mas é forçoso que aparente ser tudo isto. Deve, não-obstante "(...) *ter a mente pronta a ajustar-se aos ventos que sopram, seguindo as variações da sorte – evitando desviar-se do bem se possível, mas guardando a capacidade de praticar o mal, se obrigado a isso*" (cap. 18). O príncipe, por isso, não deve desviar-se de seus objetivos em face do que é considerado bom pelos homens, nem está obrigado a honrar a sua palavra se a necessidade o obriga a praticar o mal.

"Todos vêem nossa aparência, poucos sentem o que realmente somos (...) – na conduta dos homens, especialmente dos príncipes, contra a qual não há recurso, *os fins justificam os meios*. Portanto, se um príncipe pretende conquistar e manter um Estado, os meios que empregue serão sempre tidos como honrosos e elogiados por todos. (cap. 18, grifo do autor).

De sorte que a prática do mal pelo príncipe se justifica sempre e quando ela esteja de acordo com o objeto principal, que é a preservação do *status quo* – El príncipe y sus circunstancias – diria Ortega y Gasset. Esta aplicação inexorável dos meios tendo em vista a manutenção da ordem estabelecida é o que se convencionou denominar de razão de Estado (*raison d'État*), que é uma medida arbitrária amparada pelo Estado. (cf. *Comentários*, Livro I, cap. 9).

4. *Os conquistados pelo consentimento* (cap. 9). Ao governo conquistado mediante o consenso chama-se governo civil. Esta posição não depende apenas da sorte ou do valor, "... *mas da astúcia assistida pela sorte. Chega-se a ela com o apoio da opinião do povo ou da aristocracia*". Se chegar ao poder com o apoio daquele, deverá manter a sua amizade, para tanto basta não-oprimi-lo; contudo, se alcançar o governo com o apoio da nobreza, contra a vontade do povo,

bastar-lhe-á protegê-lo para conseguir a sua amizade. Maquiavel dá como exemplo de governo civil, o de Nabis, príncipe de Esparta, que defendeu sua pátria do assédio de toda a Grécia e do Exército romano; quando sobreveio o perigo bastou-lhe o apoio de alguns para manter-se. Não lhe bastaria isto se fosse hostilizado pelo povo.

Finalmente Maquiavel trata dos principados eclesiásticos, os quais oferecem dificuldades somente no período anterior à conquista. Alcançados pela fortuna ou pelo valor, não há dificuldade na sua preservação, porque são sustentados pela rotina da religião. Os príncipes se mantêm com facilidade, independente da conduta e do modo de vida que pratiquem. "*Somente esses Estados, portanto, são seguros e felizes*" (cap. 11).

Dever-se-ia observar que Maquiavel dedica grande parte de *O Príncipe* aos principados novos, como Florença. Não-obstante, para manter os principados, de qualquer índole, é necessário que se alicercem em dois suportes básicos: boas leis e bons soldados. Deve-se acrescentar, que a religião é, de igual modo, um poderoso agente de manutenção da ordem social.¹³ No aspecto militar advoga contra o emprego de exércitos mercenários (*condottieri*), causadores da ruína da Itália. Defende a existência de um Exército nacional. Como resultado do emprego de exércitos mercenários afirma que "*(...) a Itália foi vencida por Carlos VIII, depredada por Luís XII, violentada por Fernando de Aragão e insultada pelos suíços*" (cap. 12). E conclui que nenhum príncipe estará seguro sem o seu próprio Exército nacional. No tocante à lei, oferece como exemplo de boa-aplicação o Estado de Esparta. Contudo, assevera que "*(...) é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga as suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião*". (*Comentários*, Livro I, cap. 3). Porque os homens, segundo afirma, são de um modo geral ingratos, ambiciosos, volúveis e covardes. (*O Príncipe*, cap. 17). Além disso, para manter-se no poder, o príncipe deve procurar que seus atos demonstrem grandeza, coragem, gravidade e fortaleza. Entre ser amado ou temido, deve preferir a segunda, entretanto, é necessário que evite, a todo custo, ser odiado pelo povo. Por isso é imprescindível desviar-se da conduta predatória, da usurpação dos bens e das mulheres dos súditos. (Cf. *O Príncipe*, cap. 19).

13. É o caso de Roma. A religião estabelecida por Numa foi uma das causas da glória daquela cidade. No tocante à Itália, acusa a Igreja Católica de praticar maus exemplos e de promover a divisão territorial. Cf. *Comentários*, Livro I, cap. 11. "*Os dirigentes de uma república ou de uma monarquia devem respeitar os fundamentos da religião nacional. Seguindo este preceito, ser-lhes-á fácil manter os sentimentos religiosos do Estado, a união e os bons costumes*" *Comentários*, Livro I, cap. 12.

Com referência às repúblicas, tema que trata nos *Comentários*, observa-se uma desmedida veneração pela Antigüidade Clássica, sobretudo pelas virtudes seculares de Roma (cf. cap. 1). Daí tira os exemplos para explicar um dos pontos essenciais de sua obra, o fenômeno cíclico da história humana.

"Quem estudar a História Contemporânea e da Antigüidade verá que os mesmos desejos e as mesmas paixões reinaram e reinam ainda em todos os governos, em todos os povos. Por isto é fácil, para quem estuda com profundidade os acontecimentos pretéritos, prever o que o futuro reserva a cada Estado, propondo os remédios já utilizados pelos antigos ou, caso isto não seja possível, imaginando novos remédios, baseados na semelhança dos acontecimentos" ¹⁴

Maquiavel insiste nas virtudes de Roma e nos defeitos de Florença. Mas quem quiser preservar o Estado deve olhar o passado, especialmente a *Civitas Romanarum*. Na História estão as lições que permitem construir barreiras e diques para absorver a fúria da fortuna, que permitem planejar as ações futuras de cada Estado. No presente, não-obstante, o governante servir-se-á dos meios necessários em função dos objetivos que tratam da manutenção da ordem vigente.

4. Conclusões.

Maquiavel, além de fornecer o panorama geral do seu tempo com suas obras literárias e históricas, produz no âmbito da política uma obra formidável baseada na experiência e na reflexão arguta. Maquiavel é por tudo isso um pensador de primeira grandeza, cujas idéias centrais permanecem em voga. Trata-se de obra e de autor singulares em que há uma combinação perfeita entre o criador e a criatura. Se é certo que os fins justificam os meios, como assegura o pensador florentino, então, é lícito supor que ele empregou, de certa forma, os meios de que dispunha, ainda que em vão, com o intuito de voltar ao poder. Isso não é maquiavélico, só para usar um adjetivo que se tornou célebre, é apenas a sua própria natureza, a sua moral pagã, diria Isaiah Berlin. Não seria demais, pois, dizer que Maquiavel é um pensador

14. *Comentários*, Livro I, cap. 39, p. 129.

para todos os gostos, quem tiver uma bandeira e vocação para o poder que adote as suas idéias.

João Pessoa, setembro de 1997.

5. Bibliografia.

BERLIN, Isaiah. O problema de Maquiavel. In: *Curso de introdução à Ciência Política*. Brasília, Universidade de Brasília, 1982.

BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de Governo*. 4. ed. Trad. Sérgio Bath, Brasília, Universidade de Brasília, 1985.

BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. Trad. Vera L. de Oliveira Sarmento e Fernando de A. Corrêa, Brasília, Universidade de Brasília, 1991, 347 p.

CHABOD, Frederico. Maquiavel e a Renascença. In: *Curso de introdução à Ciência Política*. Brasília, Universidade de Brasília, 1982.

MACHIAVELLI, Niccolò. Carta a Francisco Vettori. In: *O príncipe; escritos políticos*. Trad. Lívio Xavier, São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. In: *O príncipe; escritos políticos*. Trad. Lívio Xavier, São Paulo, Abril Cultural, 1983, 110 p. (Coleção Os Pensadores).

_____. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. 2. ed., Trad. Sérgio Bath, Brasília, Universidade de Brasília, 1982.

_____. *O príncipe e dez Cartas*. Trad. Sérgio Bath, Brasília, Universidade de Brasília, 1982, 102 p.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel: pensamento político*. Trad. Maria L. Montes, São Paulo, Brasiliense, 1988, 143 p.

The New Encyclophedia Britannica. 15ª ed. (7):627-629, 1984.

WOOD, Neal. Maquiavelo. In: *Enciclopedia internacional de las Ciencias Sociales*. Madrid, Aguilar, (6):748-753, 1975.

6. A Itália no tempo de Maquiavel.

